

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

Relação de membros dos plenários - Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
AAP	João José Assumpção de Abreu Demarchi
ABCON	Antonio Carlos dos Santos
AEAN	Edmo José S. Cardoso
AEAP	Maurício Magossi
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP - DR Indaiatuba FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP - DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP - DR Santa Bárbara d'Oeste	Jeferson Romeiro de Araújo
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
	Flávio Forti Stenico
CRBIO-04	Maurício Djalles Costa
EMATER-MG	Marcelina Batista da Costa
FAEMG	Maria Victória de Oliveira
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
IEF	Raquel Junqueira Costa
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
Min. Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira
OAB	Janaina de Oliveira Costa e Silva
P.M. de Americana	Marcos Eduardo Morelli
P.M. de Artur Nogueira	Gabriela Montoya Fernandes
P.M. de Cabreúva	Noemi Medeiros Bernardes
P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi (p/p Marco Antonio dos Santos)
P.M. de Capivari	Vitor Hugo Riccomini
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos

P.M. de Corumbataí	Lucilene de Aquino Siqueira
P.M. de Holambra	Petrus B. Weel
P.M. de Indaiatuba	Custódio Tavares Dias Neto (p/p Vanessa Cristina do Carmo Kühl)
P.M. de Iracemópolis	William Ricardo Mantz
P.M. de Itirapina	Maria das Graças Zucchi Moraes (p/p Raul Emilio Adamoli de Moraes)
P.M. de Itupeva	Jaqueline Salvador Leite
P.M. de Jundiaí	Luiz Roberto Del Gelmo
P.M. de Louveira	Luis Roberto Fontes
P.M. de Mogi Mirim	Neiroberto Silva
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helal Dorelli
P.M. de Piracicaba	Hélio Donizete Zanatta
	Tiago de Mattos Seydell
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan (p/p Laerson Andia Júnior)
	Laerson Andia Júnior
P.M. de Sumaré	Benjamin Bill Vieira de Souza
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
SAA	Denis Herisson da Silva
	Henrique Bellinaso
Sec. da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Sec. de Esportes	Solange Guerra Bueno
Sec. De Governo e Relações Institucionais	Célio Soares de Souza
SEMIL	Bruno Franco de Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína Menuzzo Quental
UNICA	André Elia Neto
USP	Tadeu F. Malheiros

Relação dos membros dos plenários com ausência justificada	
Entidade	Nome
SABESP	Dário Júlio Silveira Peçanha

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

Ao vigésimo nono dia do mês de agosto de 2025 por meio de videoconferência, foi realizada a 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 160 (cento e sessenta) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada acima, bem como do público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1, por meio de mensagem eletrônica em 19/08/2025. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as orientações para condução da reunião por videoconferência, sendo informado que a sessão seria gravada para posterior elaboração da ata. Na sequência, a equipe da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos projetou a relação das entidades presentes, conforme manifestação registrada no chat, permitindo a conferência coletiva do quórum estabelecido e a visualização dos membros aptos a participar das deliberações nos três Comitês (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). Em seguida, foram concedidas as saudações iniciais ao Sr. Helio Donizete Zanatta, Prefeito Municipal de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ PCJ FEDERAL, que agradeceu a presença de todos, parabenizou o trabalho técnico desenvolvido pelos Comitês PCJ, destacou os investimentos liberados para empreendimentos e manifestou voto de confiança na indicação do Sr. Sérgio Razera para exercer mais um mandato como Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), 1ª Vice-Presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, saudou os membros presentes, parabenizou pelos investimentos liberados para empreendimentos e desejou uma boa reunião a todos. Em seguida, o Sr. Marco Antonio dos Santos,

representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, reforçou a indicação do Sr. Sérgio Razera para Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ e desejou uma excelente e profícua reunião a todos. Na sequência, a Sra. Rachel Landgraf de Siqueira, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e 3ª Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, agradeceu a recepção, a presença de todos os membros e convidou para os diálogos estratégicos que serão mediados pelo MMA durante o 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), a realizar-se na semana seguinte. Por fim, a palavra foi concedida à Sra. Noemi Medeiros Bernardes, Prefeita Municipal de Cabreúva, que desejou uma boa reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Denis Silva concedeu a palavra ao Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, para realizar um comunicado e breve apresentação referente à estiagem no Estado de São Paulo. O Sr. Alexandre agradeceu a oportunidade e informou que sua apresentação se justifica pelo cenário crítico que muitos municípios das Bacias PCJ estão vivenciando. Explicou que dezenove municípios da bacia são abastecidos diretamente pelo Sistema Cantareira, atendendo aproximadamente 35 milhões de habitantes, além de parques industriais, geração hidrelétrica, usos rurais, entre outros. Na sequência, apresentou o monitoramento de secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com foco no Estado de São Paulo, destacando que, na área que abrange as Bacias PCJ, observa-se situação de seca moderada. Apresentou ainda os dados de postos de monitoramento da bacia, os quais evidenciam vazões abaixo da média histórica, caracterizando uma situação de seca severa na região. O Sr. Alexandre Vilella expôs a situação do Sistema Cantareira, que passará a operar, a partir de setembro de 2025, na Faixa 3 – Alerta, e ressaltou que, de acordo com a outorga vigente, até o momento as Bacias PCJ utilizaram 39% da vazão destinada ao período seco. Explicou, ainda, que as alterações nas vazões liberadas do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ podem levar de 2 a 24 dias, em função do tempo de trânsito das águas na bacia. Em seguida, apresentou os cenários projetados para o Sistema Cantareira nos próximos meses, conforme previsão de chuvas realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

Desastres Naturais (CEMADEN), variando de um
110 cenário mais pessimista, com 22% do volume útil
do reservatório, a um cenário mais otimista, com
59% ao final da temporada de chuvas. O Sr.
Alexandre Vilella apresentou também as previsões
climáticas para setembro, outubro e novembro,
115 elaboradas pelo Centro de Previsão de Tempo e
Estudos Climáticos (CPTEC), pelo Instituto
Nacional de Meteorologia (INMET) e pela
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos
Hídricos (FUNCEME), destacando que a área das
120 Bacias PCJ se encontra em zona de incerteza, com
possibilidade de precipitação abaixo ou acima da
média. Por fim, relatou as medidas adotadas pelo
Governo do Estado de São Paulo para economia de
água, com foco prioritário no abastecimento da
125 Região Metropolitana de São Paulo, e concluiu
afirmando que as Bacias PCJ conseguirão
atravessar o período seco até a estação chuvosa de
2025, embora persistam grandes incertezas quanto
ao cenário de 2026. Posteriormente, o Sr. Denis
130 Silva apresentou a pauta da reunião, questionando
aos membros se havia alguma consideração quanto
ao seu conteúdo. Não havendo manifestações, a
pauta foi considerada aprovada por unanimidade,
dando-se início aos trabalhos. **2. Assuntos a
135 deliberar. 2.1. Aprovação da ata da 32ª Reunião
Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ,
PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em
25/02/2025, no município de Jundiaí/SP.** O Sr.
Denis Herisson da Silva, representante da
140 Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos
membros sobre a necessidade de leitura da minuta
da ata da referida reunião. A leitura foi dispensada
145 por unanimidade. Em seguida, abriu-se a palavra
para manifestações sobre o conteúdo da minuta. O
Sr. Neiroberto Silva, representante da Prefeitura
Municipal de Mogi Mirim, questionou acerca do
representante da Prefeitura na referida ata. O Sr.
150 Gabriel Sobreira, da Coordenação de Apoio ao
Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, explicou que a
ata refere-se à reunião plenária ocorrida antes do
início do mandato 2025-2027, e que, na data de
155 realização da 32ª Reunião Extraordinária dos
Comitês PCJ, a representação da Prefeitura
Municipal de Mogi Mirim era exercida por outro
representante. Não havendo mais manifestações, o
documento foi colocado em votação, sendo
160 aprovado pelos demais membros, com uma
abstenção, da Sra. Janaina de Oliveira Costa e Silva,
representante da Ordem dos Advogados do Brasil

(PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). **2.2. Aprovação da
ata da 33ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ
165 (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1),
realizada em 28/03/2025, no município de
Piracicaba/SP.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo e
170 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, questionou aos membros sobre a
necessidade de leitura da minuta da ata da referida
reunião. A leitura foi dispensada por unanimidade.
Em seguida, abriu-se a palavra para manifestações
175 sobre o conteúdo da minuta. Não havendo
manifestações, o documento foi colocado em
votação, sendo aprovado por unanimidade. **2.3.
Referendo de atos dos Presidentes dos Comitês
PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante
180 da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, esclareceu que, em
virtude da necessidade de atendimento a prazos e
demandas urgentes dos Comitês PCJ, podem ser
185 emitidas deliberações *ad referendum* pelos
Presidentes, anteriormente à apreciação da matéria
pelos Plenários, devendo ser posteriormente
referendadas. O Sr. Denis Silva informou que foram
emitidas quatro deliberações *ad referendum* que
190 demandam aprovação dos plenários: **a)
Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº
508/25, de 15/05/2025:** aprova a indicação de
empreendimentos selecionados por meio de Ato
Convocatório referentes ao Chamamento Público
195 de Projetos nº 01/2024, para financiamento com
recursos da Cobrança PCJ Federal, exercício de
2025, e das outras providências; **b) Deliberação *ad
referendum* dos Comitês PCJ nº 509/25, de
15/05/2025:** aprova a solicitação de prorrogação de
200 prazo para a publicação do extrato do Edital de
licitação no âmbito do Programa I da Política de
Recuperação, Conservação e Proteção de
Mananciais dos Comitês PCJ – Política de
Mananciais PCJ, para empreendimentos
205 contratados com recursos oriundos da cobrança
pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio
da União – Cobrança PCJ Federal, constantes do
PAP-PCJ 2021-2025 – exercício, 2024; **c)
Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº
210 510/25, de 04/08/2025:** dispõe sobre a doação de
bens imobilizados da Fundação Agência das Bacias
PCJ, adquiridos com fonte da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos de domínio da União nas Bacias
PCJ, e classificados como irrecuperáveis; **d)
215 Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº
511/25, de 04/08/2025:** dispõe sobre a doação de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

veículos da Fundação Agência das Bacias PCJ, adquiridos com fonte da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, e classificados como antieconômicos. Na sequência, o Sr. Denis Silva abriu a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, colocou a Deliberação dos Comitês PCJ nº 512/25, de 29/08/2025, que referenda atos dos Presidentes dos Comitês PCJ em votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação. **2.4. Apreciação de minuta de deliberação que constitui, para o período de vigência do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA (GACG), o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão das Bacias PCJ, celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta referente a recomposição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, por conta do início de um novo mandato (2025-2027) na representação dos plenários dos Comitês PCJ. Na sequência o Sr. Denis Silva lembrou que os membros foram indicados na 59ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento, em 15/05/2025, e apresentou a nova composição: Vaga 01 – Segmento Órgãos de Governo – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo; Vaga 02 – Segmento Órgãos de Governo – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo; Vaga 03 – Segmento Usuários – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Vaga 04 – Segmento Usuários – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); Vaga 05 – Segmento Organizações Cívicas – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP). Após as explicações iniciais, abriu a palavra para manifestações e dúvidas dos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu o item à votação. Não sendo registradas manifestações contrárias e abstenções, a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 513/25, de 29/08/2025, que constitui, para o período de vigência do Contrato de

Gestão nº 033/2020/ANA (GACG PCJ), o Grupo de Acompanhamento do Contrato de gestão das Bacias PCJ, celebrado entre Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ, e dá outras providências, foi aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **2.5. Apreciação de minuta de deliberação que altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 443/23, de 29/06/2023, quanto à indicação de representantes dos segmentos Municípios e Organizações Cívicas para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2023-2025, e indica os representantes dos segmentos Órgãos de Governo, Municípios, Organizações Cívicas e Usuários de Recursos Hídricos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2025-2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta referente a indicação de representantes dos segmentos municípios e organizações cívicas para os conselhos deliberativo e fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para readequação do mandato 2023-2025; e representantes dos segmentos de órgãos de governo, municípios, organizações cívicas e usuários, para o mandato 2025-2027, que se iniciará em novembro de 2025. O Sr. Denis Silva reiterou que as entidades foram indicadas na 59ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), realizada em 15/05/2025, conforme os critérios de elegibilidade previstos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09, de 28/08/2009, que aprova os procedimentos para indicação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Na sequência, o Sr. Denis Silva abriu a palavra para manifestações dos membros presentes. O Sr. André Elia Neto, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), questionou se ainda haveria tempo hábil para apresentar candidatura, tendo em vista que não pôde participar da referida reunião da CT-PL. A Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que não seria possível realizar nova indicação, uma vez que as nomeações devem ser formalizadas pela CT-PL. Explicou que a única alternativa seria a renúncia de alguma entidade do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

325 mesmo segmento atualmente indicada,
preservando, assim, a legitimidade do processo. A
Sra. Vanessa pontuou, ainda, que a UNICA poderia
pleitear apenas uma vaga no Conselho Fiscal,
considerando que, para o Conselho Deliberativo, os
330 representantes indicados devem ser titulares da CT-
PL, o que não se aplica à UNICA. Na sequência o
Sr. Denis Silva, verificou se algum representante
das referidas entidades indicadas teria interesse em
renunciar à vaga. Como não houve manifestações,
335 manteve-se a indicação formalizada na CT-PL. Não
havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva
submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ
nº 514/25 que altera a Deliberação dos Comitês PCJ
nº 443/23, de 29/06/2023, quanto à indicação de
340 representantes dos segmentos Municípios e
Organizações Cívicas para os Conselhos Deliberativo
e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para
o mandato 2023-2025, e indica os representantes
dos segmentos Órgãos de Governo, Municípios,
345 Organizações Cívicas e Usuários de Recursos
Hídricos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da
Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato
2025-2027 à votação. Registrou-se a manifestação
contrária do Sr. André Elia Neto, representante da
350 UNICA (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), e foi
aprovada pelos demais membros, e encaminhada
para publicação. **2.6. Apreciação de minuta de
deliberação que aprova as “Diretrizes Gerais
para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no
355 Abastecimento Público nas Bacias PCJ” para os
municípios integrantes das Bacias Hidrográficas
dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá.** O Sr.
Denis Herisson da Silva, representante da
Secretaria de Abastecimento e Agricultura do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
360 CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de
pauta que trata do documento de Diretrizes Gerais
para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no
Abastecimento Público nas Bacias PCJ, elaborado
pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) com
o Grupo de Trabalho Ações de Combate a Perdas de
365 Água (GT-Perdas). Em seguida, convidou o Sr.
Mateus Bento Batista Arantes, coordenador da CT-
SA, para realizar uma breve apresentação do
conteúdo. O Sr. Mateus Arantes agradeceu a
370 oportunidade e destacou o desejo de que o guia seja
amplamente utilizado no controle de perdas.
Explicou que, diante do atual cenário de perdas nas
Bacias PCJ, a Fundação Agência das Bacias PCJ
solicitou à CT-SA a elaboração de uma normativa
para auxiliar os prestadores de serviços de
abastecimento e os municípios, com o objetivo de
alcançar a meta de índice de perdas de 25%,

estabelecida no Plano de Bacias PCJ. Informou que
380 foram realizadas 14 reuniões no âmbito do GT-
Perdas, utilizando a experiência prévia de
municípios mais consolidados no tema e
considerando as dificuldades inerentes à gestão de
perdas. O Sr. Mateus explicou que o objetivo geral
385 do guia é orientar os prestadores de serviços de água
dos municípios das Bacias PCJ na adoção de ações
prioritárias para uma gestão eficiente no combate às
perdas. Além disso, detalhou os objetivos
específicos: para os prestadores de serviços: avaliar
390 o nível de maturidade no combate às perdas e
implementar ações comprovadamente eficazes para
sua redução; para os órgãos fiscalizadores:
fortalecer a cobrança com critérios técnicos claros
e capacitar suas equipes; para a Fundação Agência
395 das Bacias PCJ: dispor de uma base técnica para
seleção de projetos no Programa de Duração
Continuada (PDC) de Gestão de Perdas e promover
o direcionamento transparente na alocação dos
recursos. O Sr. Mateus explicou que, a partir da
400 definição dos objetivos, foram estabelecidas ações
primordiais para alcançá-los, entre as quais:
elaboração e atualização dos Planos de Saneamento
Básico e de Combate às Perdas; hidrometria e
macromedição das entradas e saídas dos sistemas de
405 abastecimento; elaboração de balanços hídricos
simplificados e detalhados; implantação de
cadastro técnico georreferenciado com integração
comercial; substituição, manutenção e
modernização das redes; controle de pressão e
410 setorização; implantação e aprimoramento da
macromedição e dos distritos de medição;
telemetria dos sistemas; modelagem hidráulica
operacional completa; reparos, adequações e
atualizações das Estações de Tratamento de Água
415 (ETAs) e das Estações de Tratamento de Esgoto
(ETEs); elaboração do Plano Diretor de Reúso de
Água; qualificação da mão de obra; criação de
estruturas específicas para combate às perdas; e
controle ativo de vazamentos. Para cada uma dessas
420 ações foram definidos requisitos técnicos mínimos,
conteúdos obrigatórios e critérios de avaliação,
aplicáveis tanto aos órgãos fiscalizadores quanto ao
grupo de acompanhamento durante a
implementação. No caso de ações com impactos
425 indiretos no índice de perdas, deve-se priorizar a
melhoria da gestão. Já nas ações com impacto
direto, devem ser respondidas as seguintes
questões: (i) O investimento possui impacto
mensurável no índice de perdas? (ii) Qual foi a
430 redução diretamente alcançada com o
investimento? (iii) Qual o impacto financeiro e
operacional da intervenção? (iv) Quais outros

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

benefícios foram observados? (v) Qual foi a viabilidade de retorno sobre o investimento? (vi) Quais metas futuras podem ser estabelecidas? O Sr. Mateus Arantes esclareceu que o avanço de cada município será acompanhado pela Agência Reguladora, por meio de programas de auditoria como o Projeto Acertar, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), com base nas informações prestadas ao Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). Destacou que prestadores de serviços e municípios que enfrentarem dificuldades poderão propor, por meio da CT-SA, a celebração de termos de cooperação com municípios mais avançados no tema. O Sr. Mateus Arantes apresentou dois fluxogramas ilustrando o ciclo dos processos a serem realizados pelos municípios com mais e menos de 100.000 habitantes, iniciando-se a partir do Plano de Saneamento e finalizando com o Plano Diretor de Reúso da Água. Explicou que a medição da eficácia dos serviços prestados será avaliada com base nos seguintes parâmetros: implementação de um ciclo de melhoria contínua; utilização de indicadores-chave da ANA e do SINISA; disponibilização de uma plataforma de acompanhamento; publicação de resultados e garantia de transparência na gestão; desenvolvimento da plataforma de indicadores dos Comitês PCJ; acompanhamento técnico contínuo e realização de auditorias; oferta de capacitações técnicas e periódicas promovidas pelas Câmaras Técnicas; e incentivo à cooperação entre municípios com realidades semelhantes. Ao final, o Sr. Mateus agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos. Na sequência, o Sr. Denis Silva agradeceu ao Sr. Mateus Arantes pela apresentação e a todos os envolvidos na elaboração das diretrizes, abrindo a palavra aos membros presentes. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, parabenizou o Sr. Mateus Arantes de todo o Grupo de Trabalho pela elaboração do documento. Informou que, a partir de novembro, será retomado o Grupo de Combate às Perdas do Consórcio PCJ, que será pautado no documento apresentado pelo Sr. Mateus Arantes e contará com a participação dos municípios consorciados e de empresas fabricantes de equipamentos. Explicou, ainda, que o Consórcio PCJ contratou recentemente uma consultoria para analisar as metodologias utilizadas pelo SINISA no cálculo dos índices de perdas, e que o relatório produzido está à disposição do GT-Perdas. Na sequência, o Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das

Bacias PCJ, parabenizou o trabalho desenvolvido pela CT-SA e seu GT-Perdas. Ressaltou que os Comitês PCJ investem no combate às perdas desde 1996, totalizando mais de R\$ 200 milhões aplicados na temática. Destacou que o guia de diretrizes representa um instrumento de aprimoramento no direcionamento desses recursos, com vistas à obtenção de resultados cada vez mais eficazes. Em seguida, o Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, também parabenizou o empenho do grupo de trabalho e dos envolvidos na elaboração do documento, lembrando que a aplicação prática do material dependerá da cooperação entre todos os atores institucionais participantes do sistema de gestão. Na sequência, o Sr. Laerson Andia Júnior, representante da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, parabenizou a equipe pelo trabalho e destacou que a temática de combate às perdas ainda necessita de maior visibilidade nos municípios e nos serviços de abastecimento de água, recomendando a estruturação de equipes técnicas permanentes e capacitadas. Enfatizou a importância do entendimento do cálculo dos índices de perdas do SINISA e do papel dos programas de auditoria, como o Projeto Acertar ANA, na avaliação desses parâmetros. O Sr. Laerson Júnior mencionou, ainda, um recente estudo de equalização do Rio Piracicaba, que considera que os índices de perdas na bacia devem situar-se na faixa de 29% até 2030, o que representa um grande desafio para os municípios, mas reforça a relevância de ações contínuas voltadas à manutenção da disponibilidade hídrica no futuro. Em seguida, a palavra foi concedida à Sra. Patrícia Regina Ferreira Calegari, Coordenadora-Adjunta da CT-SA, que parabenizou o Sr. Mateus Arantes pela apresentação e todo o grupo de trabalho envolvido na elaboração do documento, e solicitou que os membros representantes de prefeituras e serviços de abastecimento de água promovam a divulgação interna do guia de diretrizes, utilizando-o como referência técnica para o combate às perdas. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 515/25, que aprova as “Diretrizes Gerais para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ”. Não sendo registradas manifestações contrárias nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **2.7. Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2025, e dá outras providências. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta que trata da indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Em seguida, convidou o Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ para realizar uma breve apresentação sobre o conteúdo. O Sr. Diogo Pedrozo iniciou explicando que a indicação dos empreendimentos segue o regramento disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, com edital de fluxo contínuo, permitindo que as inscrições sejam realizadas em qualquer período do ano, conferindo maior celeridade ao processo. O Sr. Diogo esclareceu que o processo de indicação dos empreendimentos ocorre em três etapas: inscrição, adequação técnica e financeira, e cadastro no Sistema de Informações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SinFEHIDRO). Para o cumprimento dos prazos, foram estabelecidas duas datas de referência: 31/08, prazo definido pelo próprio Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para a indicação de empreendimentos, e 15/05, prazo definido pela Fundação Agência das Bacias PCJ, com o objetivo de garantir tempo hábil para a análise da documentação. Informou que, para que uma proposta seja indicada, é necessário que obtenha parecer favorável quanto à adequação técnica e financeira e que esteja devidamente cadastrada no SinFEHIDRO, acompanhada de toda a documentação obrigatória, com checagem e validação pela Coordenação de Projetos. Ao todo, foram recebidas 28 propostas de empreendimentos, das quais 20 estão aptas para indicação e três configuram reindicações. O Sr. Diogo Pedrozo explicou que as reindicações correspondem aos empreendimentos anteriormente cancelados pelo Agente Técnico do FEHIDRO, cujos tomadores manifestaram interesse em dar continuidade, encaminhando ofício aos Comitês PCJ para reanálise e eventual reindicação após as adequações necessárias. Na sequência, o Sr. Diogo apresentou a lista dos empreendimentos indicados, sendo dois com recursos da CFURH, 18 novos e três

reindicações com recursos provenientes da Cobrança Paulista. O valor total investido nos empreendimentos foi de aproximadamente R\$ 73,7 milhões, sendo parte destinada ao planejamento e parte direcionada ao saneamento básico, ao saneamento rural e ao combate às perdas. Houve, ainda, uma indicação direta dos Comitês PCJ, cujo tomador é a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), referente à implementação e modernização das estações telemétricas de monitoramento da qualidade da água, totalizando investimentos superiores a R\$ 80 milhões. O Sr. Diogo Pedrozo informou, também, que está prevista a inserção de um novo artigo na deliberação que regulamenta o regimento de indicação de empreendimentos, estabelecendo a possibilidade de suspensão temporária das indicações, em razão do elevado volume de investimentos realizados em 2025, que já se aproximam do limite orçamentário previsto para o exercício. Ao final, o Sr. Diogo Pedrozo agradeceu a oportunidade e devolveu a palavra ao Sr. Denis Silva, que abriu espaço para manifestações dos membros presentes. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, agradeceu ao Sr. Diogo Pedrozo pela apresentação e destacou que dois dos projetos indicados estão na modalidade reembolsável, o que representa uma inovação entre os empreendimentos viabilizados pela Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Sérgio Razera reiterou a importância de que os tomadores estejam atentos à modalidade de licitação a ser utilizada, em razão da rigorosidade dos procedimentos adotados pelo Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Na sequência, o Sr. Mateus Bento Batista Arantes, Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Diogo Pedrozo e por toda a equipe da Coordenação de Projetos, convidando os membros presentes a participarem do Grupo de Trabalho de Análise de Empreendimentos da CT-SA. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 516/25, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista), e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2025. Não sendo registradas manifestações contrárias nem

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

650 abstenções, a proposta foi aprovada por
655 unanimidade e encaminhada para publicação. **2.8. Apreciação de minuta de deliberação que indica o Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2025-2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta que trata da indicação do Sr. Sérgio Razera, como Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2025-2027. O Sr. Denis Silva reiterou seu apoio à indicação do Sr. Sérgio Razera, consolidado institucionalmente na Fundação Agência das Bacias PCJ, destacando sua experiência, liderança e capacidade técnica. Ressaltou, ainda, que sob a gestão do Sr. Sérgio, a Fundação Agência das Bacias PCJ alcançou nota 9,9 como entidade delegatária. Na sequência, o Sr. Marco Antonio dos Santos, Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), manifestou apoio à indicação do Sr. Sérgio Razera, reconhecendo os trabalhos desenvolvidos com transparência e excelência à frente da Fundação Agência das Bacias PCJ. Em seguida, o Sr. Denis Silva procedeu à leitura das manifestações registradas no chat em apoio à indicação do Sr. Sérgio Razera. Não havendo outras manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação que indica o Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ para o mandato 2025-2027. Não sendo registradas manifestações contrárias nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada para apreciação do Conselho Deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Sérgio agradeceu todas as manifestações de apoio à sua recondução ao cargo de Diretor-Presidente, reforçando a importância do trabalho coletivo entre os Comitês PCJ e a Fundação Agência das Bacias PCJ, bem como o compromisso conjunto com a resiliência hídrica nas Bacias PCJ. Em seguida, o Sr. Sérgio indicou a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi para o cargo de Diretora Técnica e o Sr. Ivens de Oliveira para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro. A Sra. Patrícia Barufaldi solicitou a palavra, agradecendo ao Sr. Sérgio e a todos os envolvidos na gestão dos recursos hídricos pela confiança depositada em seu trabalho à frente da Diretoria Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, 1ª Vice-Presidente do PCJ

FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), parabenizou o Sr. Sérgio pela recondução à Diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ, destacando a excelência de sua gestão e liderança. Em seguida, o Sr. José Rodolfo Penatti, representante da Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba (AFOCAPI), parabenizou o Sr. Sérgio Razera e agradeceu pelos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos à frente da Diretoria da Agência das Bacias PCJ. Por fim, o Sr. Denis Silva reiterou todos os cumprimentos, em nome da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ, e agradeceu ao Sr. Sérgio Razera pelos trabalhos desenvolvidos e pela parceria constante. **2.9. Apreciação de minuta de deliberação que acrescenta os parágrafos 8º e 9º do artigo 5º, altera a redação do § 1º do art. 27 e do § 2º do art. 36 do Anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta que trata de alterações no Regimento Interno das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Em seguida, convidou a Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos (CASGRH) da Fundação Agência das Bacias PCJ para uma breve apresentação. A Sra. Vanessa explicou que a primeira alteração refere-se à participação de representantes do Poder Legislativo Municipal nos Comitês PCJ. Esclareceu que a redação dos parágrafos foi ajustada para reforçar o que já consta no Estatuto do CBH-PCJ e Regimento do PCJ FEDERAL, em seu artigo 7º, segundo o qual o Poder Público Municipal é representado pelo Poder Executivo. Dessa forma, os representantes do Poder Legislativo poderão participar mediante indicação formal do Poder Executivo ou atuar como ouvintes nas reuniões das diversas instâncias dos Comitês PCJ. A segunda alteração diz respeito à frequência de faltas para exclusão de membros das Câmaras Técnicas cujas reuniões ocorrem mensalmente, passando o limite para cinco faltas consecutivas ou sete faltas alternadas. Por fim, a Sra. Vanessa Longato explicou que a última alteração trata da vigência dos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas, que passarão a vigorar até a data de aprovação do plano subsequente. Ao final, a Sra. Vanessa Longato agradeceu a oportunidade e devolveu a palavra ao Sr. Denis Silva, que abriu espaço para manifestações dos membros presentes.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

Não havendo manifestações, o Sr. Denis submeteu à votação a minuta de Deliberação que acrescenta os parágrafos 8º e 9º do artigo 5º, altera a redação do § 1º do art. 27 e do § 2º do art. 36 do Anexo da Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021. Não sendo registradas manifestações contrárias nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação.

2.10. Apreciação de minuta de deliberação que aprova edital de seleção de patrocínios PCJ 2026 e respectivos valores de investimento.

O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta que trata dos patrocínios para as ações de comunicação e mobilização social da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que destacou que a elaboração do edital de patrocínios foi uma recomendação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Esclareceu que o instrumento é voltado a eventos de caráter local nas Bacias PCJ, não abrangendo iniciativas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB) e o Fórum Brasil das Águas. Em seguida, o Sr. Denis concedeu a palavra ao Sr. Everton Campos Quiararia, Assessor de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentação sobre o tema. O Sr. Everton Quiararia agradeceu a oportunidade e explicou que o edital estabelece valores, critérios e etapas de seleção para concessão de patrocínios, ação já prevista no Plano de Comunicação vigente da Fundação Agência das Bacias PCJ. Informou que estão destinados R\$ 300.000,00 às ações de comunicação, sendo R\$ 220.000,00 voltados a eventos institucionais do sistema de gestão de recursos hídricos e R\$ 80.000 reservados aos eventos selecionados por meio do edital de patrocínios. O Sr. Everton Quiararia apresentou as categorias de enquadramento das propostas: (a) seminários, congressos e outros eventos técnicos; (b) atividades do setor de comunicação; (c) eventos culturais e de mobilização social; (d) eventos esportivos e de lazer; e (e) ações educacionais. Explicou que as propostas serão avaliadas por uma Comissão de Avaliação, com base nos seguintes parâmetros: (i) compatibilidade com os objetivos dos Comitês PCJ; (ii) abrangência e oportunidades de imagem institucional; (iii) potencial de visibilidade no evento; (iv) responsabilidade

ambiental e social; e (v) inovação e engajamento. Informou que o cronograma prevê as etapas de publicação, seleção e homologação entre setembro e novembro de 2025, com as contratações e execuções programadas para 2026. O Sr. Everton Quiararia reforçou a importância de as instituições interessadas se planejarem com antecedência, devendo apresentar os objetivos do evento, a programação de palestras e um balancete preliminar que demonstra a alocação dos recursos solicitados. Na sequência, o Sr. Denis Silva abriu a palavra aos membros presentes. A Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, 1ª Vice-Presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), questionou se a submissão de propostas estaria restrita às instituições integrantes dos Comitês PCJ. O Sr. Everton Quiararia esclareceu que o edital está aberto à participação de instituições membros ou não dos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR), questionou como se daria a divulgação do edital. O Sr. Everton Quiararia informou que a publicação ocorrerá como Ato Convocatório, seguindo os mesmos trâmites de um processo licitatório, com divulgação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), no site da Fundação Agência das Bacias PCJ e em suas redes sociais, garantindo a transparência e a isonomia do processo. O Sr. Sergio Razera complementou que a previsibilidade das chamadas tende a aumentar ao longo dos anos, ampliando a participação institucional. O Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante da Associação Ambiental Plantar, questionou sobre os limites financeiros do edital. O Sr. Everton informou que o teto é de R\$ 20.000,00 por projeto e o montante global de R\$ 80.000,00, o que permite contemplar até quatro propostas caso todas solicitem o valor máximo. Projetos de menor custo poderão ampliar o número de beneficiários. Ressaltou que será exigido um dossiê documental completo e posterior prestação de contas, com o mesmo rigor aplicado aos demais empreendimentos financiados pelos Comitês PCJ, sendo o valor inicial conservador e passível de revisão em exercícios futuros. O Sr. João Demarchi apresentou, ainda, questionamento sobre a possibilidade de apoio a iniciativas externas de maior valor, com contrapartidas. O Sr. Sérgio Razera esclareceu que, a partir da deliberação, tais apoios devem: (i) enquadrar-se no edital de patrocínios previsto no Plano de Aplicação Plurianual (PAP); (ii)

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

865 enquadrar-se como eventos do sistema de gestão de
recursos hídricos; ou (iii) ser objeto de decisão
extraordinária do Plenário, quando se tratar de
situação excepcional, conforme orientação da ANA
para maior rigor e transparência nos patrocínios. O
870 Sr. Everton Quiararia complementou que a
pertinência de cada apoio deve ser julgada
conforme sua aderência aos objetivos e metas dos
Comitês PCJ. O Sr. Denis Silva reforçou que casos
extraordinários, como participações em
875 conferências internacionais, devem ser analisados e
deliberados pelo colegiado, com objetivos bem
definidos e análise criteriosa de custo-benefício. O
Sr. João Demarchi concordou, defendendo estudos
prévios e justificativas técnicas para decisões dessa
880 natureza, observando que investimentos elevados
(R\$ 300.000,00 a R\$ 500.000,00) somente se
justificam quando geram benefícios concretos à
gestão de recursos hídricos e ao fortalecimento
institucional. O Sr. Everton Quiararia acrescentou
885 que patrocínios de alto valor podem gerar
visibilidade sem ganhos equivalentes de
credibilidade junto à sociedade, sugerindo
alternativas de menor custo, como delegações
técnicas das Câmaras Técnicas e dos Plenários,
890 voltadas à capacitação e difusão de conhecimento.
Na sequência, a Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo
Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio
ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, destacou a
895 necessidade de deliberar sobre a possibilidade de
coexistência entre o apoio já previsto nos
orçamentos das Câmaras Técnicas e os patrocínios
solicitados via edital, a fim de evitar duplicidade de
financiamento. O Sr. Denis Silva passou então a
900 palavra à Sra. Mylena Oliveira, que questionou se,
diante disso, os valores já destinados às Câmaras
Técnicas permaneceriam assegurados. O Sr. Denis
Silva confirmou que os recursos previstos para
realização de eventos das Câmaras Técnicas
905 seguem garantidos, esclarecendo que o edital tem
foco específico na divulgação e apoio a eventos
externos às atividades ordinárias dos Comitês PCJ.
Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis
submeteu à votação a minuta de Deliberação que
910 aprova edital de seleção de patrocínios PCJ 2026 e
respectivos valores de investimento. Não sendo
registradas manifestações contrárias nem
abstenções, a proposta foi aprovada por
unanimidade e encaminhada para publicação. **2.11.**
915 **Apreciação de minuta de deliberação que altera
a redação de dispositivos da Deliberação dos
Comitês PCJ nº 498/25, de 25/02/2025.** O Sr.
Denis Herisson da Silva, representante da

Secretaria de Abastecimento e Agricultura do
920 Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, apresentou o item de
pauta que trata de alteração na redação de
dispositivos da Deliberação dos Comitês PCJ nº
498/25, de 25/02/2025. O Sr. Denis explicou que,
925 considerando as atribuições das Câmaras Técnicas
do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH),
a deliberação em pauta foi analisada pela Câmara
Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos
Hídricos (CTCOB), que avaliou exclusivamente o
930 conteúdo referente à Cobrança Estadual Paulista
pelo uso dos recursos hídricos. Informou que as
alterações propostas pela CTCOB não modificam
os mecanismos e valores previamente aprovados
pelos Plenários dos Comitês PCJ, durante a 32ª
935 Reunião Extraordinária, realizada em 25/02/2025.
Destacou que as mudanças concentram-se em três
aspectos principais: (i) atualização da vigência dos
valores e mecanismos, que passarão a valer
somente após a promulgação do respectivo decreto
940 pelo Governador do Estado de São Paulo; (ii)
ajustes de natureza jurídica, com o objetivo de
facilitar a tramitação do documento no Sistema
Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
(SigRH); e (iii) correção de valores constantes em
945 uma das tabelas do Anexo IV — “Estudo de
Fundamentação da Revisão das Cobranças PCJ
Paulista e Federal” —, em atendimento ao disposto
na Deliberação CRH nº 180, de 14/12/2015. Na
sequência, o Sr. Denis Silva abriu a palavra para
950 manifestações dos membros presentes. Não
havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu
à votação a minuta de deliberação que altera a
redação de dispositivos da Deliberação dos Comitês
PCJ nº 498/25, de 25/02/2025. Não sendo
955 registradas manifestações contrárias nem
abstenções, a proposta foi aprovada por
unanimidade e encaminhada para publicação. **3.**
Informes. 3.1. Diretoria dos Comitês PCJ: O Sr.
Denis Herisson da Silva, representante da
960 Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, realizou breve
apresentação das coordenações das Câmaras
Técnicas (CTs) eleitas para o mandato 2025-2027.
965 Em seguida, apresentou dados comparativos entre
os mandatos 2023-2025 e 2025-2027, destacando o
aumento no número total de membros participantes
e a ampliação da representatividade feminina nos
Comitês PCJ, que atualmente corresponde a
970 45,78%, representando um crescimento de 11,26%
em relação ao mandato anterior. Na sequência, o Sr.
Denis Silva informou: **a)** A Agência Nacional de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

Águas e Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas para cursos de capacitação voltados à regulação e gestão de recursos hídricos e saneamento. Após atualização de seu portal, estão disponíveis cursos gratuitos, de curta duração e na modalidade de ensino a distância, oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) por meio da Escola Virtual de Governo (EV.G). O incentivo à capacitação está previsto no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025. Os certificados devem ser encaminhados à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) para registro em banco de dados; **b)** Ocorreu em Brasília, entre os dias 2 e 3 de junho, evento promovido pela ANA e pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com foco no financiamento dos Planos de Recursos Hídricos. O encontro contou com trocas de experiências entre representantes de Comitês de Bacias Hidrográficas, além de um ato em defesa do Rio São Francisco e manifesto contra o contingenciamento orçamentário da ANA; **c)** Em 11/06 ocorreu em Piracicaba o encontro sobre a Política Municipal de Mudanças Climáticas e incentivo à energia solar. O evento abordou diretrizes de adaptação aos impactos climáticos em setores como saneamento, agropecuária e recursos naturais, destacando a importância do planejamento, da participação social e das políticas públicas para o enfrentamento da crise climática; **d)** Representantes dos Comitês PCJ participaram, em 13/06, de evento realizado em São Paulo pela Associação Brasileira de Saneamento (ABRASAN), que discutiu a segurança hídrica diante das mudanças climáticas. O Sr. Denis Silva ministrou palestra sobre inclusão rural no eixo “Comunicação, Comunidade, Cultura da Água e Populações Negligenciadas”. O evento também marcou o lançamento do Guia Técnico do Plano de Segurança da Água; **e)** Em 18/06, na sede da Embrapa Meio Ambiente, em Jaguariúna (SP), a universalização do saneamento básico foi tema de seminário promovido pela Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ. O evento reforçou a importância do diálogo técnico e institucional para o avanço das políticas públicas de saneamento e destacou o papel estratégico das agências reguladoras nesse contexto; **f)** A revisão das Cobranças PCJ segue em tramitação nas instâncias dos Conselhos Estadual e Nacional de Recursos Hídricos. Em 30/07, o conteúdo da deliberação foi aprovado na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e, no momento, está em apreciação na Câmara Técnica de Assuntos

Institucionais e Legais (CTAL); **g)** O Consórcio PCJ manteve abertas, até 05/09, as inscrições para o 9º Prêmio Ação Pela Água, destinado a reconhecer projetos voltados à gestão de recursos hídricos, saneamento, meio ambiente, reflorestamento e educação ambiental, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). A edição contempla sete categorias e traz como novidade o prêmio “Beija-Flor pela Água”. A cerimônia de entrega está prevista para 28/11 e será acompanhada de um workshop com apresentação dos projetos finalistas. **3.2. Fundação Agência das Bacias PCJ.** O Sr. Denis Silva passou a palavra ao Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: **a)** Em 02/07, foi realizado encontro que reuniu representantes da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Fundação Agência das Bacias PCJ, prefeitos e técnicos municipais. O evento promoveu a troca de experiências em saneamento rural, apresentou programas institucionais e as ações da Ouvidoria e Auditoria da Funasa, além de destacar a atuação da Agência das Bacias PCJ. A iniciativa também incentivou a cooperação regional e a participação dos municípios em futuros chamamentos públicos; **b)** Com o objetivo de proteger os recursos hídricos da microbacia do Rio Corumbataí, foram instaladas 17 fossas biodigestoras em 12 propriedades rurais no município de Charqueada (SP). O projeto “Mananciais Charqueada/São Pedro” também contempla o plantio de 40.000 mudas nativas em 20 hectares e a instalação de 30 quilômetros de cercas em 22 propriedades. Com investimentos da ordem de R\$ 1,8 milhão, a ação fortalece o saneamento rural, a segurança hídrica e a recuperação de nascentes; **c)** Foi assinada a Ordem de Serviço com a empresa Agroflorestal Mantiqueira, contratada pela Fundação Agência das Bacias PCJ para coordenar e apoiar tecnicamente as ações da Unidade de Conservação Estratégica (UCE) Cantareira PCJ. A UCE prestará suporte técnico a nove municípios da área de drenagem do Sistema Cantareira na gestão hídrica e conservação de mananciais, contribuindo para a implementação da Política de Mananciais PCJ e para a aplicação dos recursos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), oriundos das condicionantes da outorga do Sistema Cantareira; **d)** Em 09/08, foi realizado o evento “Cafê, Viola, Prosa e PSA”, que apresentou o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A iniciativa destacou ações de preservação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 33ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 29/08/2025, por videoconferência.

1085 hídrica e incentivo a práticas sustentáveis entre
produtores rurais, utilizando recursos provenientes
da Cobrança PCJ Federal. O evento foi promovido
em parceria entre a Prefeitura Municipal de
1090 Piracicaba, a Fundação Agência das Bacias PCJ, a
Associação dos Fornecedores de Cana de
Piracicaba (AFOCAPI) e o Conselho de
Desenvolvimento Rural Municipal. Na sequência, o
Sr. Sérgio Razera passou a palavra ao Sr. Eduardo
Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de
1100 Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ,
que apresentou uma síntese sobre o processo de
revisão do Plano das Bacias PCJ 2020-2035. O Sr.
Eduardo Leo explicou que o primeiro ciclo do plano
se encerra em 2025, com a avaliação das metas e
ações previstas até o final do período. A revisão do
1105 Plano de Bacias PCJ resultará em nove produtos,
cuja aprovação será conjunta com os Comitês PCJ.
O processo de revisão compreenderá: (i) avaliação
e criação de novos programas e eixos temáticos; (ii)
consolidação e atualização do Plano de Ações e
Investimentos; (iii) complementação dos
1110 diagnósticos e prognósticos, com novas
modelagens hidrológicas; (iv) atualização das
metas de saneamento; (v) proposição de novos
enquadramentos para a porção mineira e revisão da
gestão dos trechos de classes 3 e 4; e (vi) elaboração
de Manuais Operativos voltados à gestão e ao
enquadramento. O Sr. Eduardo Leo destacou que o
Termo de Referência foi elaborado em parceria com
diversas instituições, entre elas: SP Águas, Comitês
PCJ, Sistema Integrado de Gerenciamento de
Recursos Hídricos (SIGRH), Instituto Mineiro de
Gestão das Águas (IGAM), Fundação Centro
1115 Tecnológico de Hidráulica (FCTH), Companhia
Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e a
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA). Apresentou, ainda, o cronograma das
atividades: em 2025 ocorrerá a contratação da

1120 empresa responsável; em 2026, o início da revisão
do plano; em 2027, a entrega do Plano de Bacias
Hidrográficas PCJ atualizado; e em 2028, a
conclusão da revisão. Na sequência, o Sr. Eduardo
passou a palavra à Sra. Katia Rossi Gotardi Piccin,
1125 Coordenadora de Gestão da Fundação Agência das
Bacias PCJ, que realizou breve apresentação sobre
o programa “Jovem, vem para o PCJ” 2025-2027.
A Sra. Katia Gotardi informou que, entre
01/09/2025 e 30/10/2025, estarão abertas as
1130 inscrições para a terceira edição do programa,
desenvolvido em parceria com a Câmara Técnica de
Educação Ambiental. O programa tem como
objetivo engajar e preparar jovens para a futura
gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ,
1135 renovando o compromisso com o protagonismo
juvenil na defesa das águas e na governança
participativa dos recursos hídricos da região. **3.3.**
Membros dos Plenários. a) O Sr. Francisco Carlos
Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ,
1140 informou que as inscrições para o 9º Prêmio Ação
Pela Água foram prorrogadas até 05/09/2025.
Comunicou, ainda, a realização de visita técnica de
representantes da Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística (SEMIL) e da SP Águas
1145 às dependências do Consórcio, com o objetivo de
conhecer os programas e projetos desenvolvidos
nas Bacias PCJ. O Sr. Francisco parabenizou a
recondução da Diretoria da Fundação Agência das
Bacias PCJ para o mandato 2025-2027, informou
1150 que o Consórcio PCJ retomará as ações de
revitalização do Rio Jaguari e reiterou a
importância da ampla participação dos membros
dos Comitês PCJ no processo de revisão do Plano
das Bacias PCJ 2020-2035. **4. Encerramento:** Nada
1155 mais havendo a tratar e com autorização dos
presidentes, o Sr. Denis agradeceu a participação de
todos e deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES DE
OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

HELIO DONIZETE ZANATTA
Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

DENIS HERISSON DA SILVA
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL